A ESCOLA DO JAIRÊ

O que o Ministério Público encontrou — explicado em linguagem simples, passo a passo, para qualquer pessoa entender.

Antes de tudo, o mais importante: a escola do Jairê é necessária. O bairro precisa dela — as instalações antigas são precárias, e isso também está nos documentos oficiais. Este material não é contra a escola. É sobre **o jeito como o contrato foi feito** — e sobre uma pergunta que o Ministério Público está fazendo à Prefeitura e à empresa.

1 · O QUE ACONTECEU, EM POUCAS PALAVRAS

A Prefeitura de Iguape precisava de uma escola nova no bairro do Jairê. Como não tinha dinheiro para construir, escolheu um caminho diferente: em vez de construir, ela **aluga um prédio que alguém constrói sob medida para ela**. Isso tem nome técnico — *built to suit* — e está explicado na página 2.

Para escolher quem faria isso, a Prefeitura publicou um convite público (um edital) em **12 de abril de 2025**. Só uma empresa apareceu. E o Ministério Público, ao analisar os papéis, viu uma coisa que chamou a atenção: **a obra já estava sendo construída antes do convite ser publicado**.

2 · A LINHA DO TEMPO (a parte que o MP destacou)

11/12/2024	A empresa assina o compromisso de compra do terreno, por R$ 300 mil.
20/01/2025	Sai o licenciamento ambiental do imóvel (autorização para mexer na área).
Fevereiro/2025	As obras já estão em andamento no local.
12/04/2025	Só agora o convite público (edital) é publicado pela Prefeitura.

Ou seja: quatro meses antes de o convite existir, o terreno já tinha dono novo, a autorização ambiental já tinha saído e a obra já estava de pé.

3 · "BUILT TO SUIT": O QUE É ISSO, NA PRÁTICA

Imagine que você precisa de uma casa com três quartos, mas não tem dinheiro para construir. Então você combina com alguém: *"você constrói do jeito que eu preciso, e eu te pago aluguel por vários anos"*. No fim do contrato, a casa pode passar a ser sua. É basicamente isso que a Prefeitura fez com a escola — só que com dinheiro público.

Isso é permitido por lei? Sim. O próprio Ministério Público diz, com todas as letras, que **esse tipo de contrato, sozinho, não é ilegal**. O prefeito pode escolher esse caminho. A pergunta do MP não é sobre o tipo de contrato — é sobre **o que aconteceu antes dele**.

4 · O QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO ESCREVEU

> "Tal atuação prévia, além de propiciar possível **enriquecimento ilícito do particular**, que se antecipa mediante a obtenção de informações não abertas ao público, eventualmente também constitui **favorecimento/direcionamento ilícito**."

Traduzindo para o português do dia a dia: o promotor está dizendo que **há indícios de que a empresa sabia antes dos outros** o que a Prefeitura ia contratar — e que quem sabe antes leva vantagem que os outros não tiveram.

Atenção a uma palavra importante: **indícios**. Indício é sinal, é pista — não é condenação. Ninguém foi julgado nem condenado. O procedimento está aberto justamente para apurar.

Fonte: Despacho do Ministério Público de São Paulo de 02/06/2025, folha 590 do procedimento SISMP nº 0284.0000179/2025.

5 · OS NÚMEROS, LADO A LADO

R$ 300.000	R$ 3.990.000
valor da compra do terreno (dezembro de 2024)	valor da proposta de aluguel apresentada no chamamento

Os dois valores estão no mesmo documento do Ministério Público. São coisas diferentes — um é a compra do terreno, o outro é o total do aluguel ao longo dos anos do contrato. **Nós não fazemos a conta para você: os números estão aqui, e a conclusão é sua.**

6 · UM DETALHE NO PAPEL DO TERRENO

O MP também percebeu o seguinte: a empresa **ainda não é a dona do imóvel**. Ela assinou apenas um *compromisso de compra e venda* — como quando alguém dá o sinal de uma casa, mas ainda não passou a escritura no cartório.

Por que isso importa? Porque, no fim do contrato, o prédio deveria passar para o Município. Se o papel não está totalmente regularizado, **essa passagem fica em risco** — e o risco é do dinheiro público. Foi isso que o promotor registrou.

7 · O QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO MANDOU FAZER

1	**Ofício à empresa** — para explicar se já sabia da intenção da Prefeitura antes do edital
2	**Ofício à CETESB** — o órgão ambiental do Estado, sobre a autorização dada ao imóvel
3	**Ofício ao Município** — para explicar as medidas tomadas diante do problema da matrícula
4	**Pesquisa de vínculos** — entre os administradores da empresa e servidores públicos de Iguape e de Ilha Comprida

Cada um tem 15 dias para responder. O procedimento continua aberto — e nós vamos acompanhar até o fim.

8 · PALAVRAS DIFÍCEIS, TRADUZIDAS

Edital / Chamamento público	O convite oficial que a Prefeitura publica quando quer contratar alguém. É o aviso que dá a todos a mesma chance.
Built to suit	“Construído sob medida”. Alguém constrói do jeito que a Prefeitura pediu e ela paga aluguel.
Inexigibilidade	Quando a lei permite contratar sem disputa, porque só existiria um caminho possível.
Licenciamento ambiental	Autorização do órgão ambiental para usar ou construir numa área.
Matrícula do imóvel	A “certidão de nascimento” do terreno, no cartório de registro de imóveis.
Indício	Sinal, pista. Não é prova definitiva nem condenação.
Despacho	A decisão escrita do promotor dentro de um procedimento.

9 · CONFIRA VOCÊ MESMO (é público e de graça)

Você não precisa acreditar na nossa palavra. O documento do Ministério Público pode ser conferido: no site do MP-SP, na área de Atendimento ao Cidadão, informando o número do procedimento **0284.0000179/2025**. O edital e o processo da Prefeitura são o **Chamamento Público nº 003/2025** e o **Processo Administrativo nº 295/2025**.

Tem alguma informação sobre este caso? Manda no nosso WhatsApp **(13) 2012-0049**. Seu nome nunca aparece.

Foi citado neste material? O espaço para se manifestar está garantido: enviamos e publicamos sua resposta na íntegra, sem cortes.

Fontes: Despacho MP-SP de 02/06/2025 (SISMP nº 0284.0000179/2025, Promotoria de Justiça de Iguape); Chamamento Público nº 003/2025 e Processo Administrativo nº 295/2025, Prefeitura Municipal de Iguape. Material produzido pelo De Olho em Iguape em julho de 2026. Nenhuma pessoa foi condenada; o procedimento segue em apuração.